

Perspectivas – Portuguese
*Journal of Political Science
and International Relations*,
N.º 9, December 2012, 99-120
© NICPRI 2012

Os Turcos, a Alemanha e a Securitarização da Imigração¹

Emília Patrício

Emília Patrício
Mphil in International Relations University of Minho.
emilia.patricio@hotmail.com

ISSN 1646-2157 (print)
© NICPRI 2012

RESUMO:

A securitarização da migração, já visível desde a década de 80, sofreu um incremento significativo em termos de discurso político e de práticas nele sustentadas após os atentados de 11 de setembro de 2001, consagrando em definitivo o estereótipo do imigrante muçulmano como ameaça à segurança do Estado e da sociedade europeia, e forçando à legitimação entre as opiniões públicas de um suposto nexo entre imigrante muçulmano, terrorismo e criminalidade transnacional organizada. Na Alemanha, foram os Turcos, quer sob a forma de membros da maior comunidade imigrante muçulmana, quer sob a forma de potenciais imigrantes, que sofreram o maior impacto desta securitarização. O nosso estudo conclui que, pese embora a diminuição das correntes migratórias provenientes da Turquia ser visível, não é todavia possível afirmar que tal se deva direta e muito menos exclusivamente à adoção de políticas securitárias no campo da gestão migratória na Alemanha.

Introdução

De acordo com Nazli Choucri (2002: 106-108), a migração é um processo que se refere ao movimento de pessoas através de diferentes jurisdições (tanto dentro como entre Estados soberanos) e que pode ser caracterizado como um sistema de interações entre os atributos dos migrantes, a motivação e a vontade dos mesmos, os mecanismos de transmissão, e a duração da mobilidade.

A história da migração na Europa ocidental após a II Guerra Mundial ilustra bem este sistema de interações, sendo o seu conhecimento fundamental para melhor se perceber a relação da migração com o conceito de segurança na ótica do Estado, e o modo como a evolução dessa relação revela afinal diferentes entendimentos sobre a própria segurança. Com efeito, sobretudo após o 11 de setembro, ‘os fluxos migratórios de países externos à (...) UE [passaram a ser] considerados como ameaça à ordem pública, à identidade cultural e à estabilidade do mercado doméstico de bens e serviços’ (Pimentel, 2007: 13), e a ser frequentemente equacionados com os conceitos de terrorismo e de crime transnacional. Assistiu-se assim a um reforço da conceção securitária da migração que se vinha acentuando desde o fim do Império Soviético (Buonfino, s.d.: 1).

O termo securitarização, desenvolvido pela Escola de Copenhaga, é uma construção teórica de inspiração construtivista segundo a qual a lógica de segurança que orienta as políticas de restrição à imigração não advém do facto de esta ser uma ameaça objetiva, mas sim do facto de ela ser subjetivamente construída como tal. Essa construção tem por base o discurso do agente securitarizador que, ao ser aceite pela população, legitima a adoção de práticas de outro modo questionáveis para o combate ao “problema de segurança” que a migração supostamente coloca [Balzack, 2005; Stritzel, 2007; Wæver in Lipschutz (ed.), 1995].

A Alemanha não constituiu uma exceção no que toca à securitarização da migração. Esta tornou-se particularmente evidente aquando das negociações que dariam origem ao novo Ato para controlar e restringir a imigração (*Das Zuwanderungsgesetz*), que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2005, dado que estas coincidiram com os atentados de 11 de setembro e com os subseqüentes ataques em Espanha a 11 de março de 2004, o que levou a que preocupações de segurança no campo das migrações estivessem no topo da agenda política. Assim, *Zuwanderungsgesetz* segue a mesma direção política estabelecida pela Lei Antiterrorismo (*Terrorismusbekämpfungsgesetz*), possibilitando a expulsão de líderes de organizações que tenham sido banidas, assim como pessoas que incitem ao ódio e à violência e

que apoiem publicamente atos, tais como crimes de guerra ou genocídios, e que possam pôr em causa a ordem e a segurança pública. Isto concede à polícia poderes excepcionais em relação aos imigrantes, permitindo a recolha e transmissão de dados de uma forma que em outros contextos não seria aceitável pela maioria dos Alemães.

E porque este incremento da securitarização da migração coincidiu com os vários atentados já mencionados e que foram perpetrados por indivíduos de religião muçulmana, os cidadãos Turcos, não só aqueles que pretendiam imigrar para a Alemanha, mas também aqueles que já habitavam no país, tornaram-se então num alvo especialmente apetecível, não só pelo seu estatuto como imigrantes, mas também pela sua pertença confessional.

Assim, ao longo deste artigo, vamos analisar o impacto que a securitarização da migração teve sobre as comunidades turcas instaladas na Alemanha e sobre os fluxos de imigrantes turcos em direção ao país. Por outras palavras, vamos procurar perceber se as novas políticas causaram um aumento ou uma diminuição nos fluxos de imigrantes turcos entre 1999 e 2009, procurando verificar o tipo de possível relação causal entre as políticas migratórias em vigor na Alemanha e os fluxos de imigrantes turcos que se registaram durante essa década. Iremos também investigar de que forma estas novas políticas influenciaram a integração dos imigrantes turcos já a residir na Alemanha, tentando assim compreender se criaram ou não dificuldades acrescidas a esta comunidade pelo facto de ser de confissão muçulmana.

O artigo vai estabelecer primeiro a fundamentação teórica utilizada para justificar a securitarização da migração na Alemanha. A segunda parte vai analisar de que forma é que essa securitarização afetou os imigrantes Turcos e as comunidades Turcas já instaladas no país. Finalmente, na última parte, apresentaremos as conclusões a que chegamos e refletiremos brevemente sobre a efetividade que esta securitarização teve.

Securitarização da Migração na Alemanha

Rotular um determinado assunto como uma ameaça securitária tem implicações significativas na criação e condução de políticas públicas, na organização de procedimentos e de normas atinentes ao assunto em causa. No caso da imigração, o rótulo tem sido utilizado para justificar uma maior vigilância sobre os imigrantes, processos mais rápidos de detenção e aumento dos casos de deportação, tudo

Já em relação às consequências das políticas securitárias sobre a qualidade da integração da comunidade imigrante turca instalada no país, é possível perceber que esta só veio reforçar (e acelerar até) a legitimidade social latente de processos de discriminação e de estigmatização a que esta comunidade sempre esteve sujeita.

PALAVRAS-CHAVE:
Imigração.
Securitarização.
Alemanha. Imigrante
Muçulmano.
Comunidade Turca.

isto no contexto de políticas de controlo de entrada e permanência nos territórios nacionais cada vez mais restritivas, a que se juntam políticas de integração que são no mínimo controversas quanto ao sentido de ‘integração’ que por vezes pretendem estimular.

A transformação da imigração num assunto de segurança interna do Estado e da sua sociedade releva por sua vez de modo não despiciendo impactos significativos sobre a vida dos imigrantes envolvidos, já que provoca a negação do acesso de entrada e residência legal em sociedades na verdade seguras e prósperas, sobretudo quando comparadas com os padrões de respeito pelos Direitos Humanos verificados em muitos dos países de origem dos fluxos migratórios. Simultaneamente, esta transformação não raras vezes acaba por reforçar as redes de tráfico humano e de migração clandestina, o que por sua vez acaba por agravar as perceções anti-imigração entre as opiniões públicas nacionais, os meios de comunicação social e os meios políticos (Koser, 2011).

Tendo em conta as consequências da securitarização da migração, é forçoso pois questionarmo-nos se esta representa efetivamente uma ameaça à segurança dos Estados. Embora as razões normalmente dadas como justificação para a transformação da migração em ameaça não sejam as mais válidas, a verdade é que existem de facto motivos para que se proceda à securitarização da mesma.

A migração irregular é um desses motivos, dado que pode ser vista como minando a soberania do Estado [Hollifield in Portes e DeWind (eds.), 2008: 64]. De facto, qualquer Estado tem o direito de controlar quem atravessa as suas fronteiras e quem reside no seu território [Zolberg in Kritz, Keely e Tomasi (eds.), 1996: 6-7], precisamente à luz do valor absoluto que a soberania representa para o Estado. Além disso, o incremento do tráfico de imigrantes e de seres humanos representa uma ameaça real à ordem pública e ao Direito, sobretudo quando relacionados com o crime organizado e com o contrabando de bens ilícitos, como armas e estupefacientes (Koser, 2011). Ora, ao associar-se os conceitos de migração irregular e de criminalidade, está-se implicitamente a afirmar que o combate à migração (sem especificar se é esta regular ou irregular, repare-se) é também ele combate à criminalidade e até mesmo ao terrorismo que se pode esconder nas franjas da criminalidade. Esta associação da migração à ilegalidade garante assim ao Estado a aceitação por parte da opinião pública de práticas mais agressivas no combate à primeira (Carvalhais, 2010: 156-157).

Também a chegada de imigrantes em larga escala, especialmente se estes vierem de diferentes contextos sociais e culturais da sociedade de acolhimento, pode ser entendida pelo Estado como uma ameaça à sua coesão social e ser interpretada como um potencial universo de desafios práticos e conceptuais menos apetecidos. Entre eles, poder-se-á pensar na necessidade de redefinir a alocação de recursos financeiros, materiais e até humanos à luz da organização de políticas de integração, ou em problemas mais conceptuais como sejam os relacionados com os modelos de integração e de identidade nacional (Koser, 2011).

Por outras palavras, a migração pode realmente ser uma ameaça à segurança do Estado, mas não pelas razões que são normalmente apresentadas. Além disso, esta ameaça não é sistemática; é antes o resultado de circunstâncias específicas, como a migração irregular², a migração em larga escala ou a migração durante períodos de recessão (Koser, 2011).

Ora se aceitarmos

that migration is securitised both in relation to debates surrounding the integration and cohesion of minorities as well as in relation to debates surrounding border control and national security, then there are various ways in which we can see the process of securitisation emerging (...). This is clearly not to say that migration as a whole is securitised, but it is to say that certain forms of cross-border activities and certain groups of migrants (...) form the focus of exclusionary processes of securitisation (Diez e Squire, 2008: 572).

Um exemplo particularmente importante no pós-11 de setembro prendeu-se com a articulação dos imigrantes muçulmanos com a ideia de ameaça. De facto, embora sempre tenha existido uma dimensão de segurança interna na política migratória alemã, esta assumiu um papel mais significativo após os atentados de 11 de setembro e subsequentes atentados em solo europeu, sobretudo devido à existência de grandes comunidades imigrantes muçulmanas na Alemanha e devido ao facto de um número considerável de fundamentalistas islâmicos, como Metin Kaplan, terem aí conseguido asilo após escaparem a perseguições políticas nos países de origem. Pode-se assim afirmar que 'the spectre of terrorism has contributed both to the explicit 'securitisation' of immigration policy, [...] as well as to a renewed emphasis on assimilatory elements of integration and citizenship' (Green, 2007: 101). No contexto do pós-11 de setembro assiste-se pois a movimentos securitarizadores na Alemanha, que procuraram colocar em evidência a ligação entre migração e terrorismo. De facto, uma semana após os atentados, quase todos os

deputados do Parlamento mostraram nos seus discursos o que para eles era a inequívoca ligação entre migração, terrorismo e segurança. O próprio Chanceler Schröder, embora tenha declarado que o terrorismo não deve impedir a adoção de uma moderna lei de imigração, enfatizou a contribuição que essa lei teria na segurança, ao impor, por exemplo, vistorias regulares ao processo de obtenção de um visto antes da entrada na Alemanha. Como Diez e Squire (2008: 574) afirmam,

[i]n making this link between security and immigration, Schröder contributed to the framing of non-citizens as a security risk that needs to be curtailed, and thus played into the securitisation of migration articulated in the debate.

Em linha com estas reações que se fizeram ouvir logo após os atentados levados a cabo nos Estados Unidos, várias medidas foram introduzidas, demonstrando a associação intrínseca entre migração, terrorismo e segurança. De acordo com Fauser (2006: 7-11), estas medidas podem ser divididas em cinco categorias:

- Simplificação da troca de dados entre diferentes autoridades, como a comunicação de dados recolhidos por uma determinada autoridade com vista a serem usados por outra autoridade sempre que se suspeite de atividades criminosas ou inconstitucionais [Federal Ministry of the Interior, 2008b): 45-46; Página Oficial da Bundesbeauftragten für den Datenschutz und die Informationsfreiheit (Comissão Federal para Proteção de Dados e Liberdade de Informação)];
- Extensão da definição de infração, possibilidade de acusação e punição, o que, de acordo com os pacotes de segurança adotados em reação ao 11 de setembro, conduziu à abolição dos privilégios religiosos que figuravam na legislação respeitante ao associativismo. Assim, e ao contrário do que acontecia no passado em que as associações religiosas usufruíam (em contraste aliás com outras associações) de privilégios especiais que tornavam legalmente impossível proibi-las independentemente da sua ideologia, a nova lei permite proibir uma organização se esta não respeitar a Constituição, os princípios universais ou perseguir objetivos contrários à lei alemã. Com base nestas alterações, várias comunidades islâmicas que defendiam o extremismo religioso, como o Califado de Colónia, foram proibidas;
- Simplificação do processo de deportação de imigrantes irregulares e de residentes de longa duração, com *Zuwanderungsgesetz* a estabelecer a possibilidade de expulsar uma pessoa se esta constituir um risco para a segurança nacional,

sendo que esta expulsão se deve basear num prognóstico de ameaça sustentado por factos. A expulsão é ainda possível quando líderes religiosos façam discursos que vão contra os princípios da Constituição Alemã, podendo neste caso ser acusados de serem incendiários intelectuais ou pregadores de ódio, o que torna a deportação mais fácil [Federal Ministry of the Interior, 2008a): 159; Federal Ministry of the Interior, 2008b): 67-68];

- Perca da cidadania ou da autorização de residência, que levou à inclusão, como parte dos pacotes de segurança introduzidos em 2002, de novas razões para essa perca. Assim, se uma pessoa constituir um risco para a segurança nacional, participar em atividades inconstitucionais ou violentas ou fizer apelos públicos a favor das mesmas, ou ainda se for membro de uma organização que apoie o terrorismo internacional, a autorização de residência ser-lhe-á negada e não lhe será permitido apresentar um pedido para a naturalização. Além disso, serão imediatamente deportadas pessoas a quem tenha sido negada a autorização de residência pelos motivos atrás mencionados e aquelas que prestarem falsas informações ou informações incompletas às autoridades sobre estes tópicos [Federal Ministry of the Interior, 2008a): 159; Federal Ministry of the Interior, 2008b): 65-66; Hailbronner, 2010: 17];
- Fortalecimento do controlo no acesso ao território e à cidadania, com novas regras, adotadas ao nível europeu e ao nível nacional, a muscular os requerimentos para a obtenção de visto, de cidadania e de autorização de residência. Estas regras incluem melhorias técnicas respeitantes à deteção de documentos falsos e às travessias não autorizadas de fronteiras em aeroportos, portos e fronteiras terrestres. Para além disso, antes de ser concedida uma autorização de residência ou antes de um imigrante se poder naturalizar, os serviços de inteligência alemães devem assegurar-se de que a pessoa em causa não praticou nenhuma atividade inconstitucional, como estabelecido pelo *Zuwanderungsgesetz*. Do mesmo modo, quando um imigrante requer a sua naturalização, tem a obrigação de informar as autoridades do seu registo criminal em outros países [Federal Ministry of the Interior, 2008b): 88].

Claro que não se pode dizer que estas performances legislativas restritivas em matéria de imigração sejam apenas o resultado ou a resposta aos acontecimentos terroristas e às consequentes preocupações com a segurança. Também uma performance económica mais fraca contribuiu para esta gradual securitarização. Assim, após o 11 de setembro, a migração passou a ser equacionada em definitivo

em termos do seu significado para a segurança quer do Estado quer da Europa, conduzindo ao legitimar de uma legislação migratória mais restritiva, como ficou evidenciado pelo texto final do *Zuwanderungsgesetz* (Diez e Squire, 2008: 575).

Em paralelo, pode-se afirmar também que a securitarização da migração no contexto nacional reflete a existência a montante de determinadas concepções de cidadania, as quais funcionam como enquadramento para os debates que rodeiam a migração. Assim, o facto de a cidadania na Alemanha ser caracterizada por um compromisso com o princípio do *jus sanguinis* faz com que neste país a probabilidade de os imigrantes serem encarados como ameaças à segurança seja muito maior. De facto, a securitarização da migração na Alemanha reflete uma articulação discursiva do imigrante como o *'outro'*, o que é em parte condicionado pela forma como o conceito de cidadania é encarado. A tendência de conectar migração e terrorismo acaba pois por advir de uma *'tradition of citizenship in which distinctions between citizens and non-citizens are explicitly 'ethnicized' despite the recent inclusion of jus soli provisions'* (Diez e Squire, 2008: 578). Com efeito, embora atualmente a noção de cidadania já não se restrinja ao *jus sanguinis*, tendo a lei alemã adotado elementos de *jus soli*, a noção de uma comunidade ligada por laços sanguíneos permanece tanto na legislação como no discurso público alemães. Ao seguir este princípio de hereditariedade e ao efetuar uma distinção entre cidadania (que se relaciona com a pertença ao Estado) e nacionalidade (que é algo que existe *'naturalmente'*³, dado que a nação é vista como uma comunidade orgânica, natural), a Alemanha estabelece assim regras rigorosas no que toca a cidadãos e não-cidadãos baseadas numa *quasi* natural distinção entre ambos que não pode ser transgredida (salvo em casos muito excecionais). Como tal, ser Alemão significa pertencer não só a uma comunidade que transcende o presente, mas também ao Estado alemão visto como a configuração política incompleta da nação alemã (Diez e Squire, 2008: 568). Esta separação entre Estado e Nação, entre cidadão e não-cidadão, e a definição étnica de cidadania faz com que os imigrantes sejam sempre encarados como o *'outro'* e, consequentemente, como uma ameaça à identidade nacional que deve ser abordada através de formas excecionais de política.

Em jeito de conclusão, diríamos que a migração na Alemanha foi alvo de um processo acentuado de securitarização no decorrer do 11 de setembro, sendo que tal processo não se alterou desde então. Mas será que esta securitarização influenciou a imigração de Muçulmanos, nomeadamente de Turcos, para a Alemanha, provocando uma diminuição dos fluxos migratórios? E, por outro lado, que impactos

teve mais a jusante, isto é, sobre a qualidade de integração da comunidade turca residente na Alemanha?

Imigração e integração de imigrantes turcos

Na Alemanha existem atualmente cerca de 3 milhões e 400 mil Muçulmanos, dos quais aproximadamente 2 milhões e 600 mil são Turcos ou Alemães com ascendência turca, ou seja, indivíduos de ascendência turca que adquiriram a nacionalidade alemã. Destes, apenas um quarto veio para a Alemanha como imigrante económico, enquanto que 53% imigrou ao abrigo do direito à reunificação familiar e 17% dos Turcos com idade superior a 18 anos já nasceu no país (Hochmuth, 2006).

Os imigrantes turcos, maioritariamente provenientes da província da Anatólia, começaram a chegar à Alemanha essencialmente a partir de 1961, altura em que, devido à necessidade de mão de obra não-qualificada ou semiqualficada para sustentar o milagre económico do pós-guerra, este país assinou um acordo com a Turquia para a contratação de trabalhadores. Esse acordo previa que os *Gastarbeiter* permanecessem no país por um período de dois anos após o qual deveriam regressar ao seu país de origem para dar lugar a outros trabalhadores (o chamado princípio rotativo ou de migração circular). Devido a este princípio, a Alemanha nunca se preocupou em introduzir políticas para a integração destes imigrantes, dado que não era esperado que os mesmos se instalassem de forma definitiva no país. Em 1964, em parte devido à pressão exercida pela indústria alemã que não queria estar continuamente a treinar novos trabalhadores, este princípio foi removido do acordo entre a Alemanha e a Turquia, o que, juntamente com decisões europeias apoiadas por tribunais alemães que clarificavam que os imigrantes turcos tinham o direito de permanecer na Alemanha não podendo ser expulsos exceto de tivessem cometido crimes graves, fez com que de temporários estes trabalhadores passassem a permanentes.

Quando em 1973, devido ao choque petrolífero que colocou um fim ao crescimento económico alemão, a Alemanha resolveu acabar com a contratação de trabalhadores estrangeiros, a maioria dos imigrantes turcos, ao contrário do que era esperado pelo governo, optou por permanecer no país e por trazer as suas famílias ao abrigo do direito de reunificação familiar. Assim, em vez de diminuir, o número de imigrantes turcos aumentou, tendência que se manteve ao longo dos anos seguintes graças aos imigrantes de segunda e terceira geração⁴ que

frequentemente optam por casar com nacionais oriundos da Turquia (González-Ferrer, 2006: 171).

Os Turcos são atualmente a maior comunidade estrangeira na Alemanha. Dentro desta comunidade, o Turco permanece a língua franca, com muitos imigrantes, sobretudo da primeira geração, a terem imensas dificuldades em comunicar na língua do país de acolhimento. Os Turcos de segunda e terceira geração, pelo contrário, revelam uma cada vez maior apetência para o Alemão, embora continuem muito aquém dos alemães nativos e mesmo das outras comunidades de imigrantes. O apelo em relação à aprendizagem do Alemão justifica-se pelo facto de as novas gerações se aperceberem da importância de falar a língua com vista a uma melhor integração. Com efeito, a falta de competências linguísticas é um grande entrave à integração socioeconómica dos imigrantes turcos, dado que os impede de ter um bom desempenho escolar, relegando-os para empregos não-qualificados com baixos salários, ou para o desemprego, e não permite que os mesmos estabeleçam relações fora da sua comunidade. É por isso que as políticas de integração se focam essencialmente no aumento da participação dos imigrantes no mercado laboral e no sucesso educacional da segunda e terceira geração (Avcı, 2006: 73).

Esta falta de competências linguísticas e a consequente elevada taxa de desemprego dentro da comunidade turca é, pelo menos em parte, explicado pelo sistema escolar alemão, o qual é altamente estratificado, sendo as crianças encaminhadas para diferentes tipos de escolas secundárias após apenas quatro anos de escolaridade. Embora os sistemas escolares variem de acordo com os *Länder*, as opções mais comuns são a *Hauptschule*, que corresponde ao nível mais baixo e que conduz à obtenção do *Hauptschulabschluss*, um diploma que tem pouco valor no mercado laboral mas que dá acesso ao treino vocacional; a *Realschule*, uma escola de nível intermédio que providencia uma educação geral mais completa e que termina com o *Realschulabschluss*, o qual possibilita a continuação dos estudos com vista à aquisição de qualificações que permitam prosseguir com uma educação vocacional ou superior; e, finalmente, o *Gymnasium*, o nível academicamente orientado que culmina com o *Abitur* ou *Fachhochschulreife*, credenciais requeridas para o acesso à educação terciária (Luthra, 2010: 7-8). Estudos demonstram que crianças imigrantes ou com antecedentes migratórios tendem a ser enviadas para o nível mais baixo do sistema educacional alemão. Em 1999, 48,8% dos estudantes turcos frequentavam a *Hauptschule*, 18,8% frequentavam a *Realschule* e 12,9% frequentavam o *Gymnasium* [os restantes 19,5% correspondem aos alunos encaminhados para uma *Gesamtschulen* (escola integrada)] (Thränhardt, 2004: 161).

Pelo contrário, no mesmo ano, mais de 30% dos estudantes nativos, ou seja, estudantes com ambos os pais alemães, eram matriculados no *Gymnasium* (Stanat *et al.*, 2002: 12; Hoßmann e Karsch *in s.a.*, 2011). Além disso, o número de Turcos de segunda e terceira geração que obtém o *Abitur* (14%), embora apresentando resultados promissores em relação aos imigrantes de primeira geração, continua a ser baixo por comparação com os nativos (o número é 50% inferior) (Berlin-Institut für Bevölkerung und Entwicklung, *s.d.*: 3-4).

Em 2009, embora tendo melhorado, os números continuavam a demonstrar a diferença entre imigrantes (em especial Turcos) e nativos. Assim, de entre os membros da comunidade turca (aqui estão incluídos os imigrantes com e sem experiência de migração, ou seja, os imigrantes de primeira, segunda e terceira geração e os imigrantes naturalizados), 31,8% tinha terminado a *Hauptschule*, 12,25% a *Realschule I* e 22,5% tinha adquirido o *Abitur*, enquanto que entre os Alemães nativos (ou Alemães sem antecedentes migratórios), 30,9% possuía o *Hauptschulabschluss*, 23% o *Realschulabschluss* e 30,7% o *Abitur* (dados fornecidos pelo Departamento Federal Alemão de Estatística). Podemos assim afirmar que continua a existir uma discriminação em relação a imigrantes e pessoas com passado imigrante no que toca à educação, o que prolonga o fosso existente estes e nativos (Hoßmann e Karsch *in s.a.*, 2011).

O resultado da discriminação no percurso escolar reflete-se, como já referimos, nas elevadas taxas de desemprego que os imigrantes turcos apresentam. Com efeito, embora os Turcos do sexo masculino possuíssem em 2002 uma taxa de emprego de 65% (que mesmo assim era inferior à taxa de emprego entre os nativos – 78%), possuíam igualmente a mais elevada taxa de desemprego (25,5%), não só em relação aos nativos, mas também quando comparada com as taxas de desemprego das restantes comunidades imigrantes. E embora a situação em 2007 tivesse melhorado, com uma diminuição da taxa de desemprego para os 20,3%, esta continuava a ser o dobro daquela registada para os Alemães nativos (10,1%) (Alican, 2010). O sucesso educacional (ou, no caso dos imigrantes turcos, a falta dele) explica em parte as diferenças no que toca a taxas de emprego e ao prestígio de emprego. Assim, uma melhoria do sucesso educativo refletir-se-ia numa melhoria da performance laboral dos imigrantes. Contudo, esta não é a única explicação para o fosso que separa nativos e imigrantes no mercado laboral. A discriminação também desempenha um papel importante, relegando os Turcos, mesmo quando possuidores de uma educação secundária ou terciária, para empregos com um menor prestígio social ou para o desemprego (Euwals *et al.*,

2007: 6; Luthra, 2010: 11). Pode-se assim afirmar que a integração económica só foi parcialmente conseguida, dado que uma grande percentagem da comunidade turca se transformou numa subclasse dependente de subsídios públicos, o que contribuiu para o aumento do distanciamento entre esta e a população nativa (Mueller, 2006: 435).

De facto, mesmo quando detentores de um nível de educação mais elevado e de um emprego estável, muitos Turcos de segunda e terceira geração nascidos e educados na Alemanha sentem que a sociedade alemã não os acolhe integralmente, discriminando-os pelo facto de não serem etnicamente alemães e, sobretudo, por serem Muçulmanos. Como resposta a este sentimento de não-aceitação, os Turcos refugiam-se na religião e na tradição. Assiste-se, assim, a uma reconexão às suas raízes turcas, com os seus membros a sentirem-se mais Turcos do que Alemães (Hochmuth, 2006) mesmo quando detentores de cidadania alemã, bem como a uma maior ligação aos valores islâmicos como forma de superação do que é percebido como ausência de pertença efetiva à comunidade alemã, e como forma, portanto, de resistência cultural ao que é igualmente percecionado como uma forma de rejeição por parte da sociedade alemã. Este aumento da religiosidade suscita dois medos junto do público alemão. Por um lado, temem o surgimento de sociedades paralelas que não sejam compatíveis com a cultura alemã e com a democracia, e por outro lado receiam que devido a isso alguns destes imigrantes se tornem recrutas de movimentos fundamentalistas que incitam à violência. Estes temores, por sua vez, são utilizados pelos atores securitarizadores para comprovar a necessidade de se securitarizar a migração para que assim se proceda a um combate eficaz à ameaça que a mesma representa.

Também os casamentos entre nativos e imigrantes, que se têm tornado cada vez mais comuns, podem ser considerados como um indicador particularmente significativo de integração e de identificação (Thränhardt, 2004: 162; González-Ferrer, 2006: 172). Pelo contrário, a prática de importar parceiros do país de origem é encarada como o tipo de escolha que indica o mais baixo nível de integração, dado que revela uma preferência específica por casar com alguém dentro do seu grupo étnico que não tenha tido contacto prévio com o país de acolhimento em que o imigrante se encontra. Olhando para o número de casamentos mistos, vemos que, embora se tenha registado um aumento desde a década de 70, os números permanecem muito baixos (Avci, 2006: 80). De facto, entre os imigrantes turcos casados em 2007 (861 690), apenas 79 845 (ou seja, 9,3%) o fizeram com um Alemão (Federal Statistical Office, 2008: 42), e em 2009, de acordo com

o Microcensos, somente 2,68% da comunidade turca (incluímos aqui imigrantes com e sem passado migratório, ou seja, imigrantes de primeira, segunda e terceira geração e imigrantes naturalizados) estava casada com um Alemão sem antecedentes migratórios (dados fornecidos pelo Departamento Federal Alemão de Estatística). Esta situação pode conduzir à emergência de sociedades paralelas, um desenvolvimento que não é conducente a uma integração de sucesso.

Em sùmula, de acordo com estudos levados a cabo pelo Instituto para a População e Desenvolvimento em Berlim, os Turcos a viver na Alemanha estão menos integrados do que outros grupos de imigrantes, têm por norma um nível de escolaridade mais baixo [segundo estes estudos, '30 percent of Turks and those of Turkish origin did not finish school' (The Local, 2009)] e possuem empregos com baixos salários ou estão desempregos (Bartsch, Brandt e Steinvorth, 2010). Possuem, além disso, taxas elevadas de donas de casa e estão frequentemente dependentes de subsídios estatais, o que contribui para que os Alemães olhem para esta comunidade com desconfiança (Hoßmann e Karsch *in s.a.*, 2011).

Pelos dados já apresentados, consideramos razoável afirmar-se que a comunidade turca terá sido afetada pela securitarização da imigração, e em particular pela sua intensificação no pós-11 de setembro. A verdade é que se já existia uma dinâmica de discriminação muito clara antes da securitarização, esta veio, senão reforçar, pelo menos permitir a continuidade sem qualquer censura de tal dinâmica. Não sendo pois possível identificar o grau de impacto da securitarização sobre a prossecução das dinâmicas de discriminação já em curso, é contudo claro e objetivável que a securitarização contribuiu negativamente para a qualidade da integração da comunidade turca na Alemanha. De facto, embora alguns indicadores do processo de integração tenham registado melhorias, nomeadamente as competências linguísticas e o desempenho escolar e laboral, a discriminação da comunidade turca continua a ser predominante entre a sociedade alemã, processo para o qual muito contribuíram os discursos e práticas de securitarização da imigração na exata medida em que ajudaram ao reforço da imagem negativa do Turco enquanto ameaça à integridade germânica.

E que impacto é que esta mesma securitarização teve sobre os fluxos de potenciais imigrantes turcos?

De acordo com as estatísticas apresentadas pelo Departamento Federal Alemão de Estatísticas (*Statistisches Bundesamt Deutschland*), existiam, em 2009, 1 658

083 imigrantes turcos a viver na Alemanha, o que faz da comunidade turca o maior grupo de estrangeiros residente no país. No entanto, comparadas com anos anteriores – nomeadamente com 1999, em que se registavam 2 053 564 Turcos (de acordo com os dados do *Migration Policy Institute*), estas estatísticas revelam uma diminuição do total de Turcos residentes na Alemanha.

Há pelo menos três possíveis explicações que podemos avançar como tentativas de responder ao porquê dessa diminuição (German National Contact Point for the European Migration Network, 2009: 19; European Migration Network, 2010: 56). Por um lado, o número de naturalizações, resultantes da introdução da nova Lei da Nacionalidade (*Staatsangehörigkeitsgesetz*) em 2000, que estabeleceu novas regras respeitantes à naturalização. Com efeito, embora o número de Turcos que adquiriram nacionalidade alemã tenha entrado em declínio a partir de 1999, ano em que se atingiu o máximo de 100 324 naturalizações, a verdade é que a comunidade turca continua a ser a que mais procura a nova nacionalidade (European Migration Network, 2006: 10).

Uma outra possível explicação, poderá passar pela migração de retorno. Tal como a imigração, a migração de retorno é influenciada por mudanças e crises políticas, daí que se registem picos como os que ocorreram após a crise energética de 1973 e em 1983-84 aquando da introdução de uma Lei que promovia a migração de retorno (*Das Gesetz zur Förderung der Rückkehrbereitschaft*). Desde 2006, e pela primeira vez desde a década de 80, a saída de imigrantes turcos da Alemanha apresentou números mais elevados do que a emigração turca para a Alemanha, tendo-se mantido assim desde então. Estes números podem ser explicados pelo crescimento económico turco, mas também pela discriminação e dificuldades de integração sentidas pelos imigrantes (Sirkeci, Cohen e Yazgan, 2012).

Finalmente, uma outra eventual explicação passará por uma tendência geral de declínio dos fluxos migratórios turcos em direção à Alemanha, o que pode ser explicado pelo crescimento económico que a Turquia tem registado na última década.

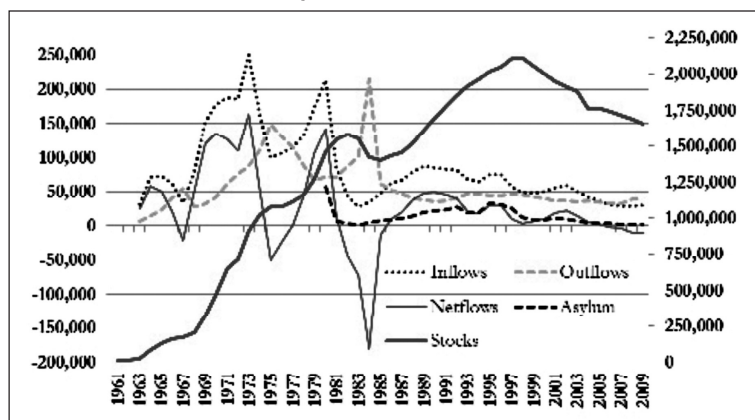
Sejam quais forem as verdadeiras e derradeiras explicações, a verdade é que entre 1999 e 2009 se assistiu a uma real diminuição da população imigrante turca na Alemanha acompanhada de uma efetiva redução do número de novos imigrantes turcos a entrar em território alemão. Em 1999, foram registadas 48 129 entradas de migrantes provenientes da Turquia, número que aumentou até 2002, quando se registaram 58 128 novas entradas. A partir desse ano, contudo, começou-se a verificar uma tendência para a diminuição, com 2009 a ficar-se pelas 27 212

entradas de Turcos na Alemanha, como revela o Departamento Federal Alemão de Estatísticas.

Esta diminuição do número de entradas de imigrantes turcos ficou a dever-se a um decréscimo de entradas em três tipos de imigração:

- na *migração laboral*, uma vez que a securitarização da migração levou à adoção de medidas mais restritivas que dificultaram a entrada de novos imigrantes em solo europeu (OCDE, 2009: 192);
- na *migração resultante da reunificação familiar*, que foi dificultada no seguimento das alterações feita em agosto de 2007 ao *Zuwanderungsgesetz*, decorrentes por sua vez da necessidade de incorporar aspetos legais de diversas Diretivas da União Europeia respeitantes à residência e ao asilo (Diretiva 2003/86/CE do Conselho, de 22 de setembro de 2003, relativa ao direito ao reagrupamento familiar, 2003)⁵;
- e nos *requerentes de asilo*. Com efeito, o número de requerentes de asilo registou uma diminuição durante essa década, atingindo um pico em 2001 quando 10 869 Turcos pediram asilo na Alemanha, para depois decair drasticamente até 2008 (OCDE, 2008: 318)⁶.

FIGURA 1. Migração da Turquia para a Alemanha entre 1963 e 2009
(adotado de Sirkeci, Cohen e Yazgan, 2012: 37)



Fonte: Akkoyunlu (2011); Sirkeci (2006); UNHCR

Mas será que esta diminuição dos fluxos migratórios provenientes da Turquia se ficou a dever a uma securitarização da migração?

A verdade é que é difícil responder a esta questão. Uma prova mais conclusiva passaria por uma análise do número de cidadãos que emigraram da Turquia para a Alemanha entre 1999 e 2009 de forma a verificar se este número se manteve inalterado ou se também registou uma quebra. Contudo, se as estatísticas sobre migração internacional são frequentemente limitadas pela escassez e falta de qualidade dos dados, tal é particularmente pertinente no caso da Turquia, onde é quase impossível especificar quem emigrou para que país e como o fez. Com efeito, não existe informação sobre o processo cronológico e geográfico dos fluxos migratórios turcos, pelo que é difícil obter estimativas credíveis do número de emigrantes que saíram do país durante a década a que se refere o estudo. As únicas estatísticas existentes provêm dos dados recolhidos nos países de acolhimento, neste caso a Alemanha, os quais indicam que houve efetivamente uma diminuição no número de emigrantes turcos. No entanto, não se pode estabelecer uma ligação direta entre esta diminuição dos fluxos migratórios e as mudanças efetuadas nas políticas migratórias durante a década a que nos referimos. No geral, a quebra da migração parece ser uma tendência a longo-prazo (European Migration Network, s.d.: 5).

Conclusões

Os imigrantes turcos e os cidadãos alemães de origem turca residentes na Alemanha, foram afetados de forma significativa pela securitarização da migração, sobretudo após o 11 de setembro. Na verdade, o seu estatuto de imigrante, ou pelo menos de indivíduo com um passado pessoal ou familiar de diáspora, associado à sua condição de muçulmano, conduziram à instrumentalização política da sua identidade, transformando-o numa das principais ameaças à segurança da sociedade alemã, alvo por isso de discriminações em diversas áreas dessa mesma sociedade.

Embora nos últimos anos a Alemanha tenha incorporado na sua legislação várias diretivas europeias que procuram combater a discriminação, nomeadamente a discriminação contra estrangeiros, a verdade é que esta subsiste, relegando os imigrantes turcos em particular para os níveis mais baixos do sistema educativo e para os empregos social e monetariamente menos compensadores, ou até mesmo para o desemprego, e tendo como resultado último uma difícil integração desta comunidade imigrante.

Uma análise mais atenta permite-nos ver que uma das faces visíveis dessa difícil integração está na alienação dos próprios turcos (imigrantes e seus descendentes) em relação à sociedade alemã. É no entanto importante sublinhar que a alienação não é apenas a reação à discriminação instigada pelo reforço de estereótipos associados aos atentados terroristas do início do século. Por outras palavras, a alienação é bem anterior a tudo isso na exata medida em que os processos de discriminação também já o eram. Ora, a alienação de parte significativa de uma sociedade é sinónimo desde logo de uma afronta aos processos de responsabilização e de participação democrática, afronta essa ironicamente consentida pela maioria instigadora e legitimadora da discriminação do *'outro'* que essa parte da sociedade alienada encarna. A alienação enquanto distanciamento de um grupo em relação aos valores que sustentam uma democracia, nunca pode por isso ser vista como benéfica, recomendável, nem tão pouco justificável. Urge assim dismantlar as ligações multifacetadas entre integração, (in)segurança e imigração e perceber que, num ambiente geral de ameaças múltiplas e de exigências de segurança, abordagens securitárias à imigração nem sempre são a melhor resposta aos desafios que as sociedades hodiernas enfrentam. De facto, é mais certo que a sua aplicação venha a contribuir quer para uma escalada de insegurança entre as populações nativas (ou pelo menos as que não se identificam com as minorias mais estigmatizadas), quer para o aumento dos processos de migração irregular como meios de contornar a severidade das políticas de controlo migratório, fenómeno que aliás acaba por gerar a necessidade de reforço dos meios de controlo, provocando o início de um ciclo vicioso.

Já em relação ao impacto da securitarização das questões migratórias sobre os fluxos de imigrantes turcos, não nos é possível encontrar uma resposta definitiva. Embora o número de imigrantes tenha efetivamente diminuído durante o período analisado, o que poderia ser visto como uma consequência das políticas securitizadoras, o facto de não existirem dados seguros que confirmem os níveis de migração turca para a Alemanha torna impossível extrair uma conclusão válida. Pode-se afirmar que, pelo menos em parte, a securitarização das políticas em matéria de imigração e asilo na Alemanha tiveram algum impacto nas correntes migratórias turcas, dada que foram progressivamente dificultando o acesso legal de potenciais imigrantes ao país.

Esta diminuição dos fluxos migratórios contrasta todavia com o que é sabido serem as necessidades não só económicas, mas também demográficas da Alemanha (aliás sentidas em grande parte da Europa), dado que o decréscimo progressivo das taxas de natalidade torna imperativa a vinda de imigrantes para colmatar a

falta de mão de obra e para sustentar a segurança social de um continente cada vez mais envelhecido. É assim preciso olhar para a imigração por outro prisma que não o da segurança, mas sim o da oportunidade, de forma a encontrar um equilíbrio entre a inevitabilidade deste fenómeno, as suas potencialidades sociais e económicas, as legítimas preocupações dos Estados enquanto entidades soberanas com a sua segurança interna e externa, e os naturais receios e questionamentos da sociedade sobre a sua própria identidade.

Referências

- ALICAN, Cenk. 2010. Germany's New Economic Reality: The Social Immigrant. International Strategic Research Organisation (USAK). <http://www.usak.org.tr/EN/makale.asp?id=1262> (consultado em 20 de setembro de 2011).
- AVCI, Gamze. 2006. Comparing Integration Policies and Outcomes: Turks in the Netherlands and Germany. *Turkish Studies* 7, n.º 1, 67-84, <http://dx.doi.org/10.1080/14683840500520592> (consultado em 15 de novembro de 2010).
- BALZACQ, Thierry. 2005. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. *European Journal of International Relations* 11, n.º 2: 171-201, <http://ejt.sagepub.com/cgi/reprint/11/2/171> (consultado em 30 de setembro de 2010).
- BARTSCH, Matthias, Andrea Brandt e Daniel Steinvorth. 2010. Turkish Immigration to Germany: A Sorry History of Self-Deception and Wasted Opportunities. *Spiegel*, <http://www.spiegel.de/international/germany/0,1518,716067,00.html> (consultado em 14 de março de 2011).
- BERLIN-INSTITUT FÜR BEVÖLKERUNG UND ENTWICKLUNG. s.d. Summary of the study's findings. http://www.berlin-institut.org/fileadmin/user_upload/Zuwanderung/090217_short_version_final.pdf (consultado em 6 de setembro de 2011).
- BUNDESBEAUFTRAGTEN FÜR DEN DATENSCHUTZ UND DIE INFORMATIONSFREIHEIT (BFDI). http://www.bfdi.bund.de/DE/Home/homepage_node.html (consultado em 20 de agosto de 2011).
- BUONFINO, Alessandra. s.d. Politics, Discourse and Immigration as a security concern in the EU: a tale of two nations, Italy and Britain. Paper to be presented at the ECPR Joint Sessions of Workshops, Uppsala. Workshop: "Who Makes Immigration Policy? Comparative Perspectives in a post 9/11 world". <http://www.psa.ac.uk/cps/2004/Buonfino.pdf> (consultado em 12 de setembro de 2010).
- CARVALHAIS, Isabel Estrada. 2010. A União Europeia e o «Outro» – tensões e compromissos da lógica subjacente à sua gestão da imigração de países terceiros. *E-cadernos CES* 10: 143-173, <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos10/7%20-%20Isabel%20Estrada%20Carvalhais.pdf> (consultado em 20 de agosto de 2011).
- CHOUCRI, Nazli. 2002. Migration and Security: Some Key Linkages. *Journal of International Affairs* 56, n.º 1: 97-122, <http://www.allbusiness.com/government/3493295-1.html> (consultado em 2 de setembro de 2010).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. 2008. Report from the Commission to the European Parliament and the council on the application of Directive 2003/86/EC on the right to family reunification. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0610:FIN:EN:PDF> (consultado em 3 de janeiro de 2011).

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. 2003. Diretiva 2003/86/CE do Conselho, de 22 de setembro de 2003, relativa ao direito ao reagrupamento familiar. 2003. Jornal Oficial, n.º L 251: 0012-0018, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32003L0086:PT:HTML> (consultado em 3 de janeiro de 2011).

DEPARTAMENTO FEDERAL ALEMÃO DE ESTATÍSTICA. <https://www.destatis.de/DE/Startseite.html>.

DIEZ, Thomas e Vicki Squire. 2008. Traditions of citizenship and the securitisation of migration in Germany and Britain. *Citizenship Studies* 12, n.º 6: 565-581, www.informaworld.com/smp/section?content=a906066576&fulltext=713240928 (consultado em 21 de fevereiro de 2011).

EUROPEAN MIGRATION NETWORK. s.d. German Annual Report on ASYLUM AND MIGRATION STATISTICS. Reference Year 2006. http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:yeFV-Q6yTzwJ:emn.intrasoft-intl.com/Downloads/download.do%3Bjsessionid%3D16DD329F537C6648175E56CA7E3AEAC5%3FfileID%3D690+German+Annual+Report+on+ASYLUM+AND+MIGRATION+STATISTICS+Reference+Year+2006&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESh2Oao6j2IYR-Iob7bTMcuFihX-Q5p4cHkFUJoxPenUG6XF-M8t2-roMrw9vp3qfP16U5eWqR0Si6yqiPQO1CPJ1mtwYq5NB3fxeR9_n1NW7PEit-zcAbKiZzf6IcepDU3maHD&sig=AHIEtbQOn5w0k2UgvXaUns2yyC-5zx0-2w (consultado em 14 de junho de 2011).

EUROPEAN MIGRATION NETWORK. 2006. Annual Policy Report 2005. <http://www.european-migration-network.org> (consultado em 14 de abril de 2011).

EUROPEAN MIGRATION NETWORK. 2010. Annual Report on Asylum and Migration Statistics 2007. http://extranjeros.mtin.es/es/RedEuropeaMigraciones/Informe_Anual_Estadisticas_Migracion_Asilos/EMN_Synthesis_Report_Asyum_Migration_Statistics_2007.pdf (consultado em 14 de junho de 2011).

EUWALS, Rob, Jaco Dagevos, Mérove Gijsberts e Hans Roodenburg. 2007. Immigration, Integration and the Labour Market: Turkish Immigrants in Germany and the Netherlands. IZA DP 2677. <http://ftp.iza.org/dp2677.pdf> (consultado em 15 de junho de 2011).

FAUSER, Margit. 2006. Transnational Migration – A National Security Risk? Securitization of Migration Policies in Germany, Spain and the United Kingdom. Reports & Analyses 2. Varsóvia: Center for International Relations. http://csm.org.pl/fileadmin/files/Biblioteka_CSM/Raporty_i_analizy/2006/Margit%20Fauser_Transnational%20Migration%20%E2%80%93%20National%20Se.pdf (consultado em 12 de janeiro de 2011).

FEDERAL MINISTRY OF THE INTERIOR. 2008a). Immigration Law and Policy. Berlin: Federal Ministry of the Interior. http://www.bmi.bund.de/SharedDocs/Downloads/EN/Broschueren/Zuwanderungspolitik_und_Zuwanderungsrecht_en.pdf?__blob=publicationFile. Consultado em 15 de janeiro de 2011 (consultado em 15 de janeiro de 2011).

FEDERAL MINISTRY OF THE INTERIOR. 2008b). Migration and Integration. Residence law and policy on migration and integration in Germany. Berlin: Federal Ministry of the

Interior. http://www.bmi.bund.de/SharedDocs/Downloads/EN/Broschueren/Migration_und_Integration_en.pdf?__blob=publicationFile (consultado em 15 de janeiro de 2011).

FEDERAL STATISTICAL OFFICE. 2008. Population and Employment. Foreign population Results of the Central Alien Register. Subject-Matter Series 1 / Series 2.

GELLNER, Ernest. 1993. Nações e Nacionalismo. Lisboa: Gradiva.

GERMAN NATIONAL CONTACT POINT FOR THE EUROPEAN MIGRATION NETWORK (EMN). 2009. Annual Report on Migration and Asylum Statistics 2007. Nuremberga: Federal Office for Migration and Refugees (BAMF) – National EMN Contact Point and Research Section of the Federal Office. http://www.integration-in-deutschland.de/cln_153/SharedDocs/Anlagen/EN/Migration/Downloads/EMN/EMNselbst/emn-statistics-report2007-germany-en,templateId=raw,property=publicationFile.pdf/emn-statistics-report2007-germany-en.pdf (consultado em 14 de junho de 2011).

GONZÁLEZ-FERRER, Amparo. 2006. Who Do Immigrants Marry? Partner Choice Among Single Immigrants in Germany. *European Sociological Review* 22, n.º 2: 171-185, <http://10.1093/esr/jci050> (consultado em 25 de agosto de 2011).

GREEN, Simon. 2007. Divergent Traditions, Converging Responses: Immigration and Integration Policy in the UK and Germany. *German Politics* 16, n.º 1: 95-115, <http://dx.doi.org/10.1080/09644000701197991> (consultado em 15 de novembro de 2010).

HAILBRONNER, Kay. 2010. Country Report: Germany. Florença: European University Institute. <http://eudo-citizenship.eu/docs/CountryReports/Germany.pdf> (consultado em 10 de março de 2011).

HOßMANN, Iris e Margret Karsch. 2011. Germany's Integration Politics. In *The Online-Handbook Demography of the Berlin-Institute*, s.a. Berlin: Berlin-Institut für Bevölkerung und Entwicklung. http://www.berlin-institut.org/fileadmin/user_upload/handbuch_texte/pdf_Hossmann_Karsch_Germanys_Integration_Politics.pdf (consultado em 17 de junho de 2011).

HOBBSAWM, E. J. (1997). *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOCHMUTH, Henrike. 2006. Turks in Germany: Are they a bridge or an obstacle to Turkey's EU membership?. *The Journal of Turkish Weekly*, <http://www.turkishweekly.net/print.asp?type=2&id=146> (consultado em 14 de março de 2011).

HOLLIFIELD, James. 2008. The Emerging Migration State. In *Rethinking Migration: New Theoretical and Empirical Perspectives*, ed. Alejandro Portes e Josh DeWind, 62-89. Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books. http://books.google.com/books?id=PJR-4_IvuBwC&pg=PA62&dq=the+emerging+migration+state&hl=pt-PT&ei=E2xBTs3AAsjOhAfCtpy-CQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q=the%20emerging%20migration%20state&f=false (consultado em 1 de agosto de 2011).

KOSER, Khalid. 2011. When is Migration a Security Issue?. Washington: The Brookings Institution. http://www.brookings.edu/opinions/2011/0331_libya_migration_koser.aspx (consultado em 14 de janeiro de 2011).

- LUTHRA, Renee Reichl. 2010. Assimilation in a New Context: Educational Attainment of the Immigrant Second Generation in Germany. ISER Working Paper 2010-21. Essex: Institute for Social and Economic Research (ISER). http://www.iser.essex.ac.uk/files/iser_working_papers/2010-21.pdf (consultado em 15 de junho de 2011).
- MIGRATION POLICY INSTITUTE. http://www.migrationinformation.org/datahub/country_data/data.cfm.
- MUELLER, Claus. 2006. Integrating Turkish communities: a German dilemma. *Popul Res Policy Ver*, n.º 25: 419-441, http://www.fulbright.de/fileadmin/files/togermany/information/2005-06/gss/mueller_communities.pdf (consultado em 15 de janeiro de 2011).
- OCDE. 2008. *International Migration Outlook: Annual Report*. Paris: OECD Publications. http://www.economia.unam.mx/cegaadmex/DOCS/migracion_ocde.pdf (consultado em 14 de junho de 2011).
- OCDE. 2009. *International Migration Outlook: SOPEMI 2009*. Paris: OECD Publications. <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/04013.pdf> (consultado em 14 de junho de 2011).
- PIMENTEL, Carolina Carvalho. 2007. *A Securitização Europeia da Imigração Ilegal na Fronteira Marrocos-Espanha*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14395/000659410.pdf?sequence=1> (consultado em 2 de dezembro de 2010).
- SIRKECI, Ibrahim, Jeffrey H. Cohen e Pinar Yazgan. 2012. Turkish culture of migration: Flows between Turkey and Germany, socioeconomic development and conflict. *Migration Letters* 9, n.º 1: 33-46. <http://www.metapress.com/content/w56tp61578660857/fulltext.pdf> (consultado em 10 de setembro de 2011).
- STANAT et al. 2002. *PISA 2000: Overview of the Study. Design, Method and Results*. Berlin: MaxPlanck Institute for Human Development. http://www.mpib-berlin.mpg.de/Pisa/PISA-2000_Overview.pdf (consultado em 4 de setembro de 2011).
- STRITZEL, Holger. 2007. Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond. *European Journal of International Relations* 13, n.º 3: 357-383, <http://etj.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/3/357> (consultado em 10 de outubro de 2010).
- THE LOCAL. 2009. Study says Turks are Germany's worst integrated immigrants'. <http://www.thelocal.de/society/20090125-16987.html> (consultado em 14 de março de 2011).
- THRÄNHARDT, Dietrich. 2004. Immigrant Cultures, State Policies and Social Capital Formation in Germany. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice* 6, n.º 2: 159-183, <https://webvpn.uminho.pt/http/0/www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1387698042000273460> (consultado em 20 de agosto de 2011).
- WÆVER, Ole. 1995. Securitization and Desecuritization. In *On Security*, ed. Ronnie Lipschutz, 46-86. Nova Iorque: Columbia University Press.
- ZOLBERG, A. 1996. International Migrations in Political Perspective. In *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, ed. M. M. Kritz, C. B. Keely, S. M. Tomasi, 1-27. Staten Island, Nova Iorque: Center for Migration Studies.

- ¹ Este artigo constitui uma versão reformulada e adaptada do Capítulo 3 da nossa tese de mestrado intitulada "Securitização da Imigração – Que impactos sobre os fluxos de imigrantes turcos para Alemanha e sobre as comunidades turcas aí residentes no período de 1999-2009" concluída em 2011 sob a orientação da Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais. Encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Geral da Universidade do Minho, em Braga.
- ² Claro que a migração irregular pode ser vista não como uma causa, mas como uma consequência da securitarização da migração. Os Estados, ao adotarem políticas restritivas de controlo da migração, não deixam outras opções às populações se não optarem por uma via irregular de entrada no território. Mas por outro lado, como já se afirmou, os Estados têm o direito de controlar quem entra no seu território, pelo que o fluxo de pessoas sem autorização pode ser visto como justificativa para a adoção de medidas securitárias.
- ³ Esta sensação de que a nacionalidade é uma característica inata do ser humano não é defendida por todos os autores que se dedicam ao estudo do nacionalismo. Veja-se o caso de Ernest Gellner (1993) que afirma que embora pareça que a nacionalidade é algo de intrínseco ao ser humano, tal não é verdade, dado que as nações nem sempre existiram e em qualquer circunstância. De facto, a nação é um conceito só muito recentemente introduzido na história da Humanidade (e mesmo quando se passou a falar em nação esta tinha definições muito distintas da definição atual) e é um produto de conjunturas históricas particulares e inevitavelmente localizadas (Hobsbawm, 1997).
- ⁴ Embora tenhamos optado por manter a expressão "segunda e terceira geração", reconhecemos que esta não é verdadeiramente correta. De facto, já não estamos perante imigrantes, mas perante indivíduos nascidos em solo alemão, muitos dos quais sem qualquer contacto com os países de origem de seus pais. A expressão, que esteve muito em voga nos anos 80, do ponto de vista da sociologia das migrações é cada vez menos usada até porque traduz uma visão excludora do 'outro', obrigando-o a manter-se numa categoria de "imigrante" mesmo quando esta já não lhe é aplicável.
- ⁵ Estas introduziram alterações significativas no que concerne à imigração de cônjuges no sentido de promover maior qualidade de integração dos imigrantes e evitar os casos de casamento forçado. Entre as alterações introduzidas, conta-se a obrigatoriedade de ambos os cônjuges terem no mínimo 18 anos e de o cidadão estrangeiro que decide imigrar possuir conhecimentos básicos de língua alemã que lhe permitam comunicar em situações do dia a dia, conseguindo assim integrar-se de forma mais célere e eficaz na sociedade alemã desde o momento em que chegue ao país. Além disso, o imigrante ao qual os membros da família se desejem unir não pode apresentar motivos para expulsão, deve possuir uma autorização de residência, autorização de permanência ou uma autorização de residência europeia de longa duração, um espaço de habitação suficientemente grande para albergar todos os membros que se lhe pretendam juntar e meios de sobrevivência que lhe possibilitem sustentar-se sem recurso a fundos públicos.
- ⁶ Olhando para a evolução da lei do asilo na Alemanha, vemos que, até 1993, esta era tida como a mais generosa do mundo, concedendo o direito ilimitado a asilo a indivíduos que fossem vítimas de perseguição política. Mas porque mudanças geopolíticas e crises dentro da Europa levaram a um aumento dramático do número de requerentes de asilo até 1992 (o pico foi atingido nesse ano, com cerca de 440 000 requerentes de asilo), tal conduziu a um debate político intenso que culminou, em 1993, com um acordo interpartidário para tornar a lei do asilo mais restritiva ao introduzir alterações à Grundgesetz da República Federal da Alemanha. Com a reforma desta lei, o número de requerentes de asilo começou progressivamente a diminuir.